

Proposta de artigo para a Sessão de Comunicação – Democracia e comunicação
Compolítica 2007

A contribuição dos acontecimentos programados para a democracia deliberativa

Ana Carolina Soares Costa*

* Aluna de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Contato: anacarolsco@gmail.com

Palavras-chave: acontecimentos programados; democracia; deliberação

**Belo Horizonte
Outubro de 2007**

Resumo

Este trabalho tem o propósito de apresentar uma alternativa para se pensar o papel, no jornalismo contemporâneo, dos acontecimentos programados. Esses eventos, chamados de acontecimentos de rotina, meta-acontecimentos ou ainda pseudo-eventos, se distinguem dos tradicionalmente cobertos pelos *media* por não serem imprevisíveis e por servirem em muitos momentos como autopromoção. Partindo-se do modelo de democracia deliberativa, defende-se que esses eventos não se configuram apenas como inserções estratégicas no cenário midiático por parte dos atores sociais privilegiados – governo e grandes corporações privadas – , mas também como oportunidades de expressão por grupos da sociedade civil. Eles se apresentam como possibilidades desses atores fazerem suas reivindicações e argumentarem com outros atores, através do uso público da razão. Esses acontecimentos programados podem ser momentos-chave para a conquista de uma democracia mais forte e consolidada.

Palavras-chave: acontecimentos programados; democracia; deliberação.

Introdução

Os meios de comunicação são, na contemporaneidade, palco de disputas políticas, econômicas e sociais. Isso porque, como nos conta Maia (2006), uma das especificidades do “viver contemporâneo” é a relevância da ação dos *media* na sociedade. Portanto, eles, ao mesmo tempo que se constituem em um ator social, também têm seu espaço disputado por outros atores pela visibilidade que dão ao temas, fatos e discursos. O jornalismo, enquanto uma das práticas sociais que compõem o quadro de produções dos veículos de comunicação, deve ser analisado levando-se em conta tal característica. Ele é disputado por fontes, muitas vezes organizadas e profissionalizadas, que complexificaram os processos sociais de recolha e seleção das notícias (PINTO, 1999).

Essa complexificação reconfigurou o próprio produto informativo que não mais é composto somente de acontecimentos tradicionalmente de cunho jornalístico – aqueles do campo accidental, do imprevisível, ou, como nos conta Rodrigues (1999), aquilo que irrompe a superfície lisa da história. Agora, novos tipos de acontecimento povoam os jornais e modificam mesmo a forma como se dá o processo de produção noticiosa. Esses novos tipos de acontecimento, que foram citados pela primeira vez por Daniel Boorstin (1961), podem ser chamados de pseudo-eventos, como ele os designou, acontecimentos de rotina (MOLOTCH; LESTER, 1999), meta-acontecimentos (RODRIGUES, 1999), ou, ainda, acontecimentos programados ou previsíveis, nomenclaturas que também adotaremos. Apesar de algumas pequenas diferenças de definição entre os conceitos dos diferentes autores, podemos dizer, basicamente, que esses acontecimentos se diferenciam daqueles comumente tratados como de interesse jornalístico por não serem imprevisíveis, e sim produzidos para serem cobertos pelos *media*, e também por muitas vezes autopromoverem os atores que os produziram.

Como dito, esses acontecimentos se tornam material jornalístico através de um complexo processo de produção e, por isso, já não podem mais ser compreendidos apenas pelo que chamamos de critérios de noticiabilidade. Isso porque as características intrínsecas de qualquer acontecimento, como bem analisa a corrente conhecida como

*newsmaking*¹, já não são mais suficientes para explicar porque temos as notícias que temos e não outras. Agora, um acontecimento se torna noticiável por suas características sim, mas também pela pelo grau de integração que ele tem com o andamento normal e rotineiro das fases de produção jornalística. E é aqui que os acontecimentos de rotina ganham força. Eles geralmente atendem aos tradicionais critérios de noticiabilidade – isso porque, na maioria das vezes, são promovidos também por jornalistas, só que de assessorias de imprensa –, mas também estão em consonância com o processo produtivo – se adequam, por exemplo, à correria da prática jornalística, ao facilitar o trabalho de seleção do profissional da informação.

Em muitos momentos, esses acontecimentos são utilizados por atores sociais com base apenas em interesses privados que não podem ser coletivizados, funcionando, então, como um empecilho para o fortalecimento da democracia. Inclusive, em função disso, esses acontecimentos acabaram estigmatizados por alguns autores, que os ligam à degradação do próprio jornalismo.

Entretanto, defendemos aqui que, em outros casos, esses acontecimentos podem se transformar em possibilidades de expressão comunicativa para atores sociais que sofrem restrições de acesso aos *media* de trazerem para o debate público assuntos que antes eram do domínio do privado, mas que, num segundo momento, se configuraram, através do discurso, do “agir comunicativo”, aos moldes de Habermas, como públicos. Acreditamos que esses momentos podem transformar-se em possibilidades de fortalecimento da democracia, já que, assim como diz Maia (2004), a incorporação das falas de atores críticos da sociedade civil no espaço de visibilidade midiática pode ser vista como uma contribuição à ação conjunta de deliberação pública. A deliberação é aqui entendida não como uma tomada de decisão pontual, mas como um processo de discussão e reflexão em que dois ou mais agentes “expressam e consideram pontos de vista e avaliam as razões em dada questão” (MAIA, 2006: 153).

¹ O termo *newsmaking*, se traduzido ao pé da letra, designa a forma como as notícias são feitas. É uma corrente mais contemporânea da chamada “teoria do jornalismo”, que basicamente se interessa por entender não só as variáveis intrínsecas do acontecimento que o tornam noticiável, mas também a relação que esta seleção tem com o contexto social, organizacional, histórico, tecnológico, cultural, ideológico e com a ação pessoal dos atores envolvidos no processo produtivo. Alguns expoentes dessa vertente teórica: Jorge Pedro Sousa, Michael Schudson e P. J. Shoemaker e Reese.

Tendo como base o *corpus* teórico deliberativo, este trabalho tem o propósito de analisar os acontecimentos que compõem o quadro de notícias dos veículos de informação e demonstrar, através de ações do movimento em defesa dos homossexuais e do Movimento dos Sem-Terra (MST), como os eventos programados podem se constituir em oportunidades de conquista de uma democracia mais plural.

Os acontecimentos imprevisíveis

Antes de definirmos mais precisamente o que são esses acontecimentos programados, será necessário compreender o que são os eventos tradicionalmente cobertos pelos *media*. Para entendermos o são esses eventos, é importante também que façamos primeiramente uma distinção entre aquilo que é um fato ou um acontecimento na realidade e o que é uma notícia. Os acontecimentos são fatos que ocorrem em nosso cotidiano. Um fato só se torna notícia quando ele tem notoriedade o bastante para ser noticiado em um veículo e quando ele é percebido como acontecimento pela rede de captura dos meios de comunicação. Sendo assim, como nos diz Alsina, “o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema”, (2005: 50), (tradução nossa)².

Considerando tal diferenciação, partimos para a definição destes acontecimentos tradicionalmente cobertos pelos veículos de informação. Para Rodrigues

o discurso do acontecimento é uma anti-história, o relato das marcas da dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir. Pertence, por conseguinte, ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições. [...] a notícia é no mundo moderno o negativo da racionalidade, no sentido fotográfico deste termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo, (1999: 29).

Autores que escrevem sobre o jornalismo também utilizam os chamados critérios de noticiabilidade para explicar quais os eventos que interessam aos veículos noticiosos. Erbolato (2003) enumera tais critérios que levariam um acontecimento a virar notícia.

² Texto original: “el acontecimiento es un fenómeno de percepción del sistema, mientras que la noticia es un fenómeno de generación del sistema”.

São eles: proximidade; marco geográfico; impacto; proeminência, aventura e conflito; consequências; humor; raridade; progresso; sexo e idade; interesse pessoal; interesse humano; importância; rivalidade; utilidade; política editorial do jornal; oportunidade; dinheiro; expectativa ou suspense; originalidade; culto de heróis; descobertas e invenções; repercussão; e confidências.

Tais características e a definição de acontecimento como algo anormal, nos moldes do homem que morde um cachorro, como muitos jornalistas gostam de exemplificar, nos dão indícios sim para saber o que é noticiável e o que não é. Entretanto, idéias mais atuais, da corrente conhecida como *newsmaking*, vão nos dar embasamento mais consistente para percebermos que o acontecimento tem valor noticiável não só por suas características intrínsecas, mas também por sua relação com o contexto produtivo das notícias. A partir daí será possível compreender melhor porque esses acontecimentos de rotina têm se proliferado a ponto de serem apontados hoje como a maior parte das produções informativas (COSTA, 2006; CHAPARRO, 1996).

Os acontecimentos programados

Traquina (1999) vê as notícias como o resultado de um processo de produção que consiste em perceber, selecionar e transformar uma matéria-prima, que são os acontecimentos, em um produto, no caso, as notícias. O autor afirma que as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento e os constrangimentos organizacionais que condicionam o processo de produção das mesmas. Para ele, existe uma multiplicidade de acontecimentos e a questão central do campo jornalístico é justamente definir o que nesta imensidão de fatos é digno de adquirir existência pública.

Já Sousa entende as notícias como

artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor das notícias, (2000: 15)

Wolf afirma que “a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos para adquirir a existência pública de notícia” (2003: 195). Esses requisitos têm relação com a estrutura do trabalho nos aparatos informativos e com o profissionalismo dos jornalistas. A noticiabilidade, diríamos, então, está estritamente ligada à dinâmica de produção. Não são as características do acontecimento sozinhas que vão definir se ele vai se transformar em notícia. As rotinas produtivas também interferem na seleção dos fatos que serão veiculados. Ou seja, a noticiabilidade de um acontecimento varia de acordo com o grau de integração que ele tem com o andamento normal e rotineiro das fases de produção jornalística.

Então, se alguns autores disseram que um fato se tornava noticiável em função de sua maior ou menor previsibilidade, ou por registrar um excesso, falha ou inversão, hoje, novos estudos e também uma considerável mudança nas organizações jornalísticas, que se tornaram mais profissionalizadas – no sentido de obedecerem à risca os interesses empresariais – nos mostram que não são só as características intrínsecas do fato que o definirão como noticiável ou não. A consonância do acontecimento com o processo produtivo jornalístico também irá participar da definição dele como notícia ou não. É neste ponto que entra em cena então esse novo tipo de acontecimento, que foi identificado por Boorstin (1961) por meio da expressão “pseudo-evento”. Eles são acontecimentos não espontâneos e planejados com o objetivo de virarem notícia. Como exemplos desse tipo de evento, Miguel (2002) aponta as entrevistas, grande parte das manifestações de massa, como as passeatas, encontros de líderes políticos e até convenções partidárias. Já Molotch e Lester (1999), que também estudaram esses fatos, os chamaram de acontecimentos de rotina. Nas palavras dos autores, esses eventos

são distinguíveis pelo facto de o *happening* subjacente em que presumivelmente se baseiam serem realizações intencionais e pelo facto das pessoas que se encarregam do *happening* (a que chamamos “os executores” ou *effectors*) serem idênticas àquelas que os promovem em acontecimentos (p. 42).

É exatamente na integração com o processo de produção que um acontecimento de rotina sai na frente de outros. Podemos exemplificar tal questão através do fato de que

líderes políticos e chefes militares que planejam suas ações, discursos, visitas, eventos, entre outras atividades, calculam, inclusive, o momento certo para elas serem veiculadas na mídia e, de preferência, no horário nobre. Muitas vezes ocorrem outros acontecimentos, como acidentes automobilísticos ou naturais, que estariam muito mais enquadrados como notícia dentro daqueles critérios de noticiabilidade, mas eles perdem valor diante, entre outras coisas, do grau de integração – eles não ocorrem 20 minutos antes de um telejornal, por exemplo, ir ao ar – e da praticidade que tal evento previsível significa para o processo de produção noticioso. O queremos dizer é que o jornalismo é uma prática onerosa. Ele é feito, em sua maioria, por empresas privadas, que movimentam muito capital para produzir o produto jornalístico: as notícias. Entre os diversos gastos dessa atividade, estão os com locomoção, equipamentos e mão-de-obra. Um acontecimento previsível se encaixa ao processo noticioso por dar uma estabilidade e uma certeza que muitas vezes os profissionais do meio não têm. Ao sair para cobrir um acontecimento de rotina, o jornalista já sabe quase com perfeição o que irá acontecer. Então, se ele vai até o local é porque o fato é noticiável, já que ele já sabe do que se trata. Os acontecimentos imprevisíveis demandam mais trabalho do profissional, que pode ir até o local e se deparar com algo não adequado ou com um valor jornalístico que não é o bastante para o produto noticioso daquele dia. Ou seja, o gasto financeiro, embutido na locomoção, e, sobretudo, o gasto de tempo, levando-se em conta a correria do trabalho jornalístico, tornam o acontecimento imprevisível menos adequado à rotina de uma redação. Como hoje as grandes organizações profissionalizaram o trabalho de produção ou atendimento aos veículos jornalísticos, as pautas enviadas às empresas midiáticas se tornaram atrativas e correspondentes ao que os jornalistas procuram – aliam interesse público e comodidade. Aliás, hoje, mesmo acidentes e assassinatos chegam ao conhecimento dos profissionais da informação através das assessorias de imprensa das diversas polícias. Por isso, percebe-se que a participação de fontes profissionalizadas, ou seja, também jornalistas ou profissionais do campo da comunicação, na produção das notícias cresceu e, com isso, aumentou também a utilização de material vindo dessas organizações, ou seja, eventos programados, nos informativos dos grandes veículos midiáticos.

O fato desses acontecimentos de rotina estarem muitas vezes ligados ao governo e às grandes empresas privadas demonstra um preparo maior desses atores em participar do discurso jornalístico do que de atores da sociedade civil. Isso porque, como explica Maia, estes atores têm, em relação àqueles, uma desigualdade comunicativa – “que dificulta a utilização efetiva das oportunidades de expressão (por exemplo, a posse de vocabulário para expressar suas necessidades e perspectivas, conforme a gramática dos veículos)” (2004: 24) – e também uma pobreza política – que diz respeito à falta de capacidades públicas desenvolvidas, como, por exemplo, a habilidade de articular argumentos politicamente relevantes. Logicamente, esta participação, principalmente de fontes ligadas aos diversos níveis governamentais, tem ligação também com o que Becker chamou de “hierarquia de credibilidade”, que é

a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opinião sobre tópicos controversos, de terem suas definições aceites, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população, (BECKER *apud* HALL ET AL, 1999: 229).

Essa “hierarquia de credibilidade” está ligada à terceira desvantagem dos chamados públicos fracos³ que os leva a uma participação menos efetiva nos produtos midiáticos: a assimetria de poder.

A percepção de que alguns atores sociais têm maior acesso aos *media* que outros e o fato de muitos fatos programados serem produzidos por esses mesmos atores privilegiados levou autores como o próprio Boorstin, primeiro a identificar os pseudo-eventos como participantes do processo jornalístico, a estigmatizar tais acontecimentos. De acordo com Miguel (2002), Boorstin preocupa-se com o jornalismo, que teria se desviado de sua função inicial, de registrar os fatos, passando a produzi-los. Essa preocupação também é expressa por Rodrigues:

Os meta-discursos são por isso a face perversa da informação, da transformação logotécnica da linguagem em acontecimento dissuador da explosão do imprevisível no mundo contemporâneo. A sua lógica não é, por conseguinte, explosiva, como nos acontecimentos referenciais, mas implosiva.

³ Maia, citando Nancy Fraser, diz que “o público forte diz respeito àqueles grupos representantes do centro do sistema político e às elites. O público fraco é o sujeito da opinião pública” (2004: 10).

[...] Os próprios acontecimentos referenciais estão doravante votados a um devir discursivo, espectacular, (1999: 30).

Como é possível perceber esses autores ligam os pseudo-acontecimentos à degradação do próprio jornalismo. Loureiro (2005) ainda acrescenta que a cobertura de tais eventos pelos *media* também pode culminar na degradação da própria política, além de eles possibilitarem, segundo o autor, a manipulação das audiências. Os meta-acontecimentos fariam parte de uma lógica perversa de espetacularização da realidade já citada por diversos filósofos e pensadores sociais, como o francês Guy Debord⁴ e o brasileiro José Arbex Júnior⁵.

Por outro lado, nota-se que esses acontecimentos programados para serem notícia podem constituir-se em momentos-chave para a participação dos públicos fracos no espaço de visibilidade midiática. Como afirma Maia

Os atores fracos precisam chamar a atenção pública para determinados problemas para, então, tentar redefini-los, isto é, proporcionar para eles entendimentos alternativos que venham a informar o debate público. As abordagens mais radicais desprezam o conteúdo político de tais demonstrações como ‘meros espetáculos’ e negligenciam o fato de que o apelo à emoção, nesses casos, pode ser visto como um ponto de partida importante para a tematização de situações-problema na sociedade, direcionando a atenção pública para problemas urgentes da sociedade ou ainda para necessidades ainda não reconhecidas, (2004: 26).

Maia identifica o aspecto crucial que se pretendia destacar neste trabalho. Os acontecimentos programados podem ser utilizados pelos atores sociais que têm acesso dificultado aos *media* como possibilidades de conseguirem publicizar temas, ou seja, tornarem coletivas suas preocupações privadas.

A democracia deliberativa e a visibilidade midiática

Para inserirmos os acontecimentos previsíveis no contexto da democracia deliberativa, é preciso, primeiro, compreender algumas características da deliberação e o

⁴ Para mais informações:

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.

⁵ Para mais informações:

ARBEX JR., J. Showjornalismo: a notícia como espetáculo. SP: Casa Amarela, 1991.

_____. O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder. SP: Casa Amarela, 2003.

papel da mídia nesse processo. Para isso, é necessário enxergar que os *media* têm um papel fundamental na compreensão da sociedade contemporânea por serem instituídos e instituintes da teia de relações sociais. Além disso, o surgimento dos meios massivos alterou profundamente as formas de visibilidade, ou seja, modificou a constituição da própria esfera pública, conceito-chave para a compreensão do quadro teórico deliberativo.

Habermas, no clássico *Mudança estrutural da esfera pública*, da década de 60, defende que a comunicação e a cultura de massa teriam sido responsáveis pela perda de autenticidade da esfera pública burguesa, espaço onde se dava o debate, a troca argumentativa entre os cidadãos da época em torno de assuntos de interesse comum. Já em trabalhos mais recentes do autor, as comunicações midiáticas recebem “um novo *status* e uma nova função na constituição e na dinâmica da esfera pública” (MAIA, 1998: 137). Hoje, não se negligencia que os veículos de comunicação têm a capacidade de forjar a percepção da realidade, além de constituírem um campo privilegiado para influenciar as decisões dos sujeitos. Mas, por outro lado, a mídia estende os processos comunicativos para além do contexto local, o que permite a emergência de esferas públicas periféricas e o conseqüente alargamento do espaço discursivo generalizado. De acordo com Maia (1998), essas características dão à comunicação midiática tanto um potencial autoritário quanto um potencial emancipatório.

O espaço público então não entrou em decadência, como defendeu Habermas em seus primeiros escritos, mas sim se transformou. Não falamos mais de uma única esfera pública situada em um dado espaço, como na *polis* grega, e sim de muitas arenas fluidas e sobrepostas onde podem se estabelecer conflitos discursivos variados. É este o domínio da argumentação pública, da troca pública de razões. De acordo com Gomes (2000), esse debate público tem algumas propriedades. O autor afirma que hoje esse conflito dispensa certas características que outrora foram indispensáveis, como a discussão por meio da fala, a possibilidade de exaustão da argumentação, a velocidade de interação e o imperativo de produção de conclusão. Entretanto, insiste-se em características

como a *discursividade* ou a necessidade de conversão de toda pretensão em discurso para que ela possa ser admitida como válida (o princípio da palavra democrática que impede que a pretensão se converta em força ou violência, por exemplo) e a *retrucabilidade* (qualquer posição que se expõe, expõe-se,

ao mesmo tempo, a réplica). Além disso, acredita-se que o debate *público* deva incluir as duas propriedades fundamentais da publicidade: a *visibilidade* (significa que as posições se expõem diante de todos os interessados) e, de algum modo, a *acessibilidade* (o que quer dizer que, em princípio, qualquer um pode intervir no debate). (GOMES, 2000)

É a partir do momento que um tema se dá a conhecer em um nível mais amplo, ou seja, que ele ganha visibilidade, que ele pode ser percebido como um problema público, coletivo. É ao ser publicizado, ou seja, transformado de questão individual para questão coletiva, e ao ser abordado pelos atores sociais através de razões que possam receber consideração, que tal tema começa então a ser racionalmente debatido na esfera pública. Esse debate, que aqui é tratado nos moldes do modelo teórico-discursivo, ou deliberativo, de democracia de Habermas (1995), se dá por meio da exposição pública de razões.

Nesse contexto, a mídia cumpre então o papel de pré-estruturadora da esfera pública, ao levantar questões, problematizar assuntos, enfim, ela constitui um dos quadros de referências que os indivíduos utilizam na formação da opinião sobre os assuntos políticos⁶. A importância da mídia neste processo reside no fato dela ser a grande promotora de visibilidade de nossa era. A visibilidade midiática, como afirma Maia, “fomenta, num processo circular, a esfera pública política, enquanto *locus da argumentação*, que ocorre através da estrutura geral e inevitável da comunicação em encontros informais”, (2004: 17). Ou seja, cada vez mais dependemos da mídia para fomentar esse debate público de razões. Neste ponto, é esclarecedor o que diz Gomes

O problema é que o debate público hoje se tornou mais complicado do que na sociedade burguesa, onde ele se realizava inteiramente nos espaços de sociabilidade da esfera civil. Primeiro, porque no Estado burguês o debate público capaz de produzir decisão política se ritualizou nos plenários dos Parlamentos e Assembléias Nacionais no interior da esfera política. [...] Segundo, porque em uma sociedade de massa e de cidadania estendida não há mais como conceder valor nacional aos poucos públicos que se reúnem aqui e ali para a discussão face a face. Esses públicos já não representam a esfera civil. Perde-se a capacidade civil de concluir discussões. O debate civil depende crescentemente de meios de comunicação de largo alcance. (2006: 58)

⁶ Político não é usado no sentido institucional da política. Aqui, entende-se político como todo assunto que trata do bem comum. Assim, podemos dizer que ele é de interesse coletivo, ou ele é público.

Os teóricos deliberacionistas não ignoram o fato de que nem todos os atores que se manifestam no espaço público apresentam razões aceitáveis pelo restante dos cidadãos. E é por isso que se diz que este debate crítico é uma espécie de teste de racionalidade. “Através da publicidade das razões da ação do Estado e a submissão desses motivos pela força crítica do debate público, é possível garantir tanto que o Estado tem razões justas para essas ações quanto que os cidadãos acreditam que essas razões são justas” (CHAMBERS, 2000: 201), (tradução nossa)⁷. Mas também nem sempre todos os atores envolvidos numa determinada questão, principalmente os grupos mais fracos, ganham voz nos meios de comunicação e conseguem apresentar pontos de vista que testam a justeza das razões do Estado ou do *status quo*. Sendo assim e levando-se em consideração que as fontes oficiais dominam os noticiários, como pode ser possível o surgimento e debate de assuntos problemáticos? O poder institucionalizado chamaria a atenção para os próprios gargalos do governo e da sociedade? Abandonando idéias utópicas acerca da consolidação de uma democracia mais justa, o quadro teórico deliberativo defende que os chamados públicos fracos, ao se organizarem em movimentos sociais, associações voluntárias e outros tipos de redes cívicas podem cumprir o papel de denunciadores de desigualdades e enunciadoreis de pontos de vista alternativos. De acordo com Chambers,

É evidente que a esfera pública não tem sido completamente banalizada e que a democracia ainda tem recursos culturais que podem ser encontrados nos novos movimentos. Habermas, junto com um número de outros teóricos críticos, identifica os novos movimentos como o ator que mais tem feito para manter os ideais democráticos da publicidade vivos (COHEN; ARATO, 1992). (2000: 203), (tradução nossa)⁸.

Os grupos da sociedade civil, ao se organizarem, “desenvolvem diversos elementos – habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação – que os capacitam a superar as desigualdades deliberativas” (MAIA, 2004: 12). Eles conseguem em muitos momentos, através da consonância com o

⁷ Texto original: “By making public the grounds for state action and subjecting these grounds to the critical force of public debate, one can ensure that the state has just reasons for its actions as well as that citizens believe that these reasons are just”.

⁸ Texto original: “Evidence that the public sphere has not been entirely trivialized and that democracy still has cultural resources can be found in new social movements. Habermas, along with a number of other critical theorists, identify new social movements as the actors who have done the most in keeping the democratic ideals of publicity alive (Cohen and Arato 1992)”.

modus operandi da mídia, apresentar suas razões em público para que elas possam ser consideradas pelo restante da sociedade. Mendonça (2006) ao falar sobre a participação de movimentos sociais nos processos de interlocução argumentativa, também explica porque as coletividades são importantes para o sucesso de lutas sociais. De acordo com o autor, a formação de movimentos “são fundamentais nos processos de canalização de recursos, de propulsão à luta e de capacitação de seus membros”, (MENDONÇA, 2006: 75). Mas ele ressalta que também é importante o “papel que eles exercem de inserir sujeitos em redes de interlocução, através das quais os anseios pessoais podem ser convertidos em reivindicações públicas”, (p. 76). Todavia, é importante ressaltar que o processo deliberativo não assegura que o poder institucional e suas decisões levarão em conta as razões debatidas. A constituição da opinião, segundo Habermas (1997), e a formação da vontade formal das instituições políticas são coisas distintas. Ou seja, “[...] só o sistema político pode ‘agir’. [...] A opinião pública convertida em poder comunicativo por procedimentos democráticos não pode ‘reinar’ ela própria, mas apenas dirigir o uso do poder administrativo em certas direções”, (HABERMAS, 1995: 50). Porém, “as associações voluntárias e os movimentos sociais são vistos como efetivamente capazes de articular projetos políticos alternativos, e de propagar, em outros grupos da população, o interesse em suas causas ou questões, e, assim, exercer uma pressão relevante naqueles que detêm o poder de decisão (MAIA, 2002: 2). Logicamente, quanto mais calcadas na opinião pública estiverem as decisões políticas, mais legítimo será tal governo.

Os pseudo-eventos e a contribuição para a deliberação

Nesse trabalho, adotamos as idéias deliberacionistas porque acreditamos que elas são mais adequadas para pensar possibilidades de incremento da democracia. Isso porque o quadro conceitual deliberativo tem uma visão mais realista das possibilidades que o debate público oferece. Abandonam-se possibilidades utópicas de espontaneamente a produção midiática se tornar claramente plural e se concentra na conquista de tal equilíbrio através de ações possíveis de serem alcançadas, como o preparo e organização das fontes da sociedade civil para a superação das dificuldades deliberativas.

É neste contexto que visualizamos que a promoção de eventos como os “beijaços”⁹ do movimento homossexual, ou protestos dos sem-terras ou sem-tetos podem se tornar possibilidades de acesso à esfera pública. Como afirmam Reis e Maia, que também analisaram o “beijaço”,

Eventos cotidianos prosaicos - como o constrangimento de expressar afeto em público, tal como o impedimento de um beijo num shopping - experimentados como injustiça podem proporcionar uma chave para esclarecer a relação existente entre reconhecimento, moralidade e legalidade (Honneth, 2001, 2003). A dor, suportada na esfera privada, contudo, não se transforma em tema político, sem ser trazida para as arenas públicas. Alexander (1998) destaca o papel de tradutores dos movimentos sociais, cujos líderes devem agir com criatividade e imaginação para transporem problemas de uma esfera particular para o conjunto da sociedade. (2006: 52)

Vale ressaltar aqui que ter visibilidade midiática não garante a uma questão que ela chegará à esfera pública. É preciso que os atores envolvidos apresentem, como dito acima, razões publicamente consideráveis. Hoje, percebemos que há uma dificuldade dos chamados públicos fracos de conseguirem serem inseridos na produção midiática para poderem participar da política e fazerem o uso público da razão. Mas mesmo quando têm tal acesso há problemas a serem enfrentados no espaço público que muitas vezes impedem que as necessidades desses grupos sejam debatidas e que suas razões sejam consideradas. O problema inicial a ser enfrentado, segundo Maia (2004), é estabelecer credibilidade e autoridade para além da própria comunidade de argumentantes. Para a autora, aqui não se trata de supor apenas que esses grupos que têm dificuldades de acesso tenham competência comunicativa, criatividade cultural e apresentem razões convincentes. Trata-se muito mais de uma definição compartilhada do problema para que se chegue a uma contestação pública de sofrimentos ou danos comuns. Ou seja, para Maia, é preciso uma luta diária, a cultivação da consciência crítica, o julgamento e a ação condizentes com certos valores. Tudo isso faz parte de uma empreitada coletiva (MAIA, 2004). A autora também chama a atenção para o fato de que a expansão de um

⁹ O “beijaço” é um protesto, organizado pelos movimentos em defesa dos homossexuais, realizado em várias cidades do país e do mundo, visando combater a homofobia. Depois de passarem por situações preconceituosas, em que são expulsos ou mal atendidos em estabelecimentos comerciais ou em outros locais, os homossexuais se organizam e se reúnem, juntamente com vários outros casais, no mesmo local, em data e horário pré-definidos, e promovem o beijaço. Ou seja, o beijo concomitante de diversos casais homossexuais.

movimento social não é automática, e que é preciso a mobilização de diversas redes de comunicação, inclusive as informais, para isso. Citando Bohman, Maia (2004) também afirma que a crítica social só será bem-sucedida se tiver um efeito contextual, ou seja, se houver uma troca de visões e argumentos em público que reorganize novas suposições e premissas. Resumidamente, é perceptível que é necessária uma certa maturidade, advinda da reflexão crítica, e um preparo argumentativo para que os atores envolvidos em tal movimento consigam não só aceder aos meios de comunicação como também gerar um debate público acerca da questão. E essa é uma tarefa complicada, mas não impossível, como a própria autora confirma. Como diz Maia

Os atores plurais da sociedade civil [...] precisam estabelecer o diálogo e construir consensos possíveis como procedimentos de negociação. Necessitam, assim, desenvolver competência comunicativa e criatividade cultural, bem como descobrir razões convincentes para modificar os entendimentos dos demais nas relações cotidianas e o ‘modo de ver as coisas’ na cena pública, incluindo os fóruns mais organizados como o da mídia. (2004: 32).

Nesse quadro, podemos visualizar que movimentos como os dos homossexuais e os dos sem-terra já atingiram um certo nível de preparo para lidar com o quadro midiático e deliberacionista. Eles já conseguiram, sem ser possível determinar o quanto, converter tais problemas em reivindicações públicas. Tais movimentos sabem como aceder à mídia, através da espetacularização de situações-problema, como as que levam aos “beijos” e as invasões de terra. E esses eventos, que são programados, mas podem surgir de acontecimentos imprevisíveis – como o preconceito de indivíduos a outros que têm uma opção sexual diferente da deles dentro de um estabelecimento comercial ou em qualquer outro tipo de recinto – podem ser usados como possibilidades de inserção no debate público. Inclusive há inúmeros exemplos de momentos em que tanto o movimento em defesa dos homossexuais quanto o dos sem-terras utilizaram desta possibilidade de inserção que são os acontecimentos programados. O “beijo” realizado no Shopping Frei Caneca, em São Paulo, em 2003, é um desses exemplos. Depois de um casal gay ser expulso do local por ter trocado beijos em público, o movimento organizou e divulgou para a imprensa o protesto, que acabou reunindo milhares de sujeitos homoeróticos. Outro bom exemplo é a “Parada do Orgulho GLTB” de São Paulo. Completando 11 anos

em 2007, o evento é uma oportunidade de inserção no debate público das questões homossexuais. Ela inclusive tem efetivamente se revelado uma oportunidade, tendo em vista que o acontecimento tem sido coberto pelos veículos nos últimos anos. Weeks, citado por Reis e Maia (2006), ressalta esses momentos transgressivos como necessários para a mudança do *status quo*

Sem o momento transgressivo, as reivindicações dos excluídos até agora seriam pouco notadas nas estruturas aparentemente rígidas e acomodadas de sociedades velhas e bem fortificadas. A transgressão parece necessária para enfrentar o *status quo* com suas inadequações, trazer à tona seus preconceitos e medos (não é de se surpreender que tais momentos transgressivos tendem a causar ultraje e a controvérsia: essa é sua finalidade; certos ou não, eles supõem que nada tem maior êxito que o excesso). Mas sem a reivindicação por uma cidadania plena, a diferença pode nunca encontrar lugar apropriado. (WEEKS *apud* REIS; MAIA, 2006: 54).

Entretanto, percebe-se que há que se ter cuidado com esses momentos porque assim como eles podem ser possibilidades, eles também podem passar pelos *media* e não gerar debate. Isso porque muitas das participações dessas fontes da sociedade civil no noticiário se dão de forma “incompetente” comunicativamente. Como explica Maia

[...] as manifestações do público como expressões dispersas e lacônicas de pessoas anônimas sobre determinada matéria, ou a categoria “povo fala” utilizada com frequência em programas televisivos, aproximam-se da noção de ‘massa’: uma opinião em perspectiva pouco qualificada, de baixa sofisticação política, de um todos-juntos indiferenciado. Seria muito exigente requerer desse ‘público’, muitas vezes ‘apanhado de surpresa’, os recursos necessários para a deliberação pública: informação suficiente sobre a matéria em tela, a atenção e a disposição para se engajar em deliberação, (2004: 24, 25).

É importante entender que mesmo que não se converta em ação institucional, a deliberação proporciona o chamado ganho epistêmico. Esse ganho epistêmico é gerado através do “vai-e-vem” deliberativo, do escrutínio público, da passagem das razões pelo teste de racionalidade. Nesse processo, proferimentos podem ser aperfeiçoados – em termos de complexidade, densidade e abrangência – e se tornarem mais defensáveis na esfera pública (MENDONÇA, 2006). É esse enriquecimento dos argumentos que é chamado de ganho epistêmico. É com ele que as questões se tornam mais genéricas e complexas porque incorporam as perspectivas de vários autores. “Constitui-se, assim,

aquilo que Habermas cogenomina *comunicação sem sujeito*: os argumentos se deslocam de pessoas e contextos específicos, tornando-se mais densos e abrangentes” (MENDONÇA, 2006: 81).

Baseado em tal questão, percebemos que a liberdade que os homossexuais têm hoje de expressarem a opção sexual, ainda que restrita, mas já certamente maior que no passado, certamente foi uma conquista advinda deste processo argumentativo. A causa defendida pelo MST também gerou uma outra visão acerca da reforma agrária e a população já não mais os enxerga como “baderneiros” que um dia foram – apesar de ainda existirem visões desse tipo. Os dois movimentos conseguiram, através da discussão pública, coletivizar os problemas, que antes eram do domínio do privado desses indivíduos, a ponto de aqueles que não são homossexuais ou não têm problemas relacionados à terra os apoiarem e ajudarem a divulgar a causa, mesmo que ainda no nível das comunicações informais. Apesar de os movimentos acima acreditarem que ainda há muito a se conquistar, como a lei contra a homofobia e a reforma agrária concreta, percebe-se que tais grupos já conseguem entrar no debate público e articular razões que são consideradas por muitas camadas da população. É neste sentido que os acontecimentos programados podem ser úteis. Todavia, esses acontecimentos programados não devem ser utilizados apenas como mero espetáculo, encenação midiática, pois é preciso ir além deste nível inicial. Eles precisam ser pensados como momentos efetivos de se apresentar razões em público que podem constituir um avanço em direção à chamada *comunicação sem sujeito* de Habermas. É possível que os argumentos se desloquem do nível individual para o coletivo e tal fato pode se dar, num primeiro momento, por meio dos acontecimentos previsíveis.

Considerações finais

A sociedade contemporânea tem como uma de suas marcas a importância dos aparatos midiáticos para a própria configuração da sociabilidade. Tais aparatos, por darem visibilidade a pessoas, temas e lugares são disputados por atores sociais dos mais diversos interesses. Percebendo isso, esses atores trataram de se preparar para conseguir acesso aos *media* e também para utilizar da melhor forma esse espaço. Esse fenômeno se

viu apoiado pelo que chamamos de “profissionalização das fontes”, que, no Brasil, ganhou força em meados da década de 90, quando as indústrias de comunicação de massa se viram às voltas com ajustes financeiros e os profissionais especializados no tratamento da informação – os jornalistas – começaram a migrar para as assessorias de imprensa e para as organizações (MAFEI, 2004). Foram esses profissionais que deram o conhecimento necessário para as grandes organizações públicas e privadas fazerem um uso cada vez mais estratégico da chamada “mídia espontânea”. Esse tipo de retorno é conquistado muitas vezes através do uso dos chamados acontecimentos de rotina e, por isso, tais eventos, como predominantemente gerados por tais atores privilegiados, acabaram estigmatizados como sendo maléficos ao jornalismo. Todavia, tais acontecimentos também podem e são utilizados por outros grupos sociais, que têm encontrado neles possibilidades concretas de participação no debate público de razões.

O que percebemos é que movimentos como o em defesa dos homossexuais, o dos sem-terras e tantos outros têm feito uso deste artifício – promover eventos – para conseguirem participar do processo deliberativo democrático. Como bem assinalou Maia, os atores da sociedade civil, quando participam da cobertura noticiosa, “podem colocar sob suspeita as perspectivas e os discursos apresentados pelos atores poderosos, chamando a atenção pública para pontos de vista alternativos ou para novas razões, ou mesmo desestabilizando formas inteiras de justificação”, (2004: 28). A autora também chama a atenção para o papel desses atores críticos enquanto grupos estratégicos que podem desvelar, no cenário público, “operações ocultas de poder, pontos cegos nas políticas públicas, preconceito ou uso ilegítimo da autoridade de outros atores da comunicação”, (p. 29).

Sendo assim, percebemos que os acontecimentos de rotina podem ser importantes para a conquista de uma esfera pública mais plural. Logicamente, os processos de tomadas de decisão nem sempre levam em conta as reflexões feitas publicamente. Existem, em muitos momentos da história democrática, governos ilegítimos. Entretanto, uma esfera pública ativa é o primeiro passo para a conquista de uma democracia fortalecida.

Bibliografia

ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia*. Barcelona, Espanha: Paidós, 2005. 378p.

BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage, 1961.

CHAMBERS, S. A culture of publicity. In: CHAMBERS, S., COSTAIN, A. (orgs). *Deliberations, democracy, and the media*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. p. 193-226.

CHAPARRO, M. C. *Jornalismo na fonte*. In: DINES, Alberto; MALIN, Mauro (orgs.). *Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações*. Brasília: Banco do Brasil, 1996. p.132-154.

COSTA, A. C. S. *Os acontecimentos de rotina nos noticiários local e policial*. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. *Intercom Júnior*, 2006.

ERBOLATO, M. L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. 256p.

GOMES, W. *Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar*. In: Anais do IX Encontro anual da Compós. Porto Alegre: Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2000.

GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. E. (orgs), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 49-61.

HABERMAS, J. *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 36, 1995.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1999. p. 224-248.

LOUREIRO, V. M. G. *Nos bastidores do jogo político: o poder dos assessores*. Coimbra, Portugal: MinervaCoimbra, 2005. 197p.

MAFEI, Maristela. *Assessoria de imprensa: como se relacionar com a imprensa*. São Paulo: Contexto, 2004. 127p.

MAIA, R. C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. In: *Comunicação e política*. v. V, n.1, Rio de Janeiro: Cebela, 1998. p. 131-155.

MAIA, R. C. M. *Mídia e deliberação pública: mediações possíveis*. In: Anais do XI Encontro anual da Compós. Rio de Janeiro: Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2002.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, André et.al (orgs). *Mídia.BR*. Livro da XIII Compós. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 9-38.

MAIA, R. C. M. Mídia e Deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. S. (orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153-179.

MENDONÇA, R. F. *Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito*. In: Revista Contemporânea, n. 1, 2006. p. 73-98

MIGUEL, L. F. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 55/56, 2002.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1999. p. 34-51.

PINTO, Manuel. *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*. In: III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Braga, Portugal, 1999. Disponível em: <www.ics.uminho.pt/dcc/mpinto/fontes.htm> Acesso em: 23 nov. 2005.

REIS, R. A.; MAIA, R. C. M. *Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays*. In: Revista Famecos, n. 30. Porto Alegre: Famecos, 2006. p. 46-61.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1999. p. 27-33.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra, Portugal: MinervaCoimbra, 2000. 222p.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1999, p. 167-176.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 295p.